

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata da Sessão Extraordinária de 4 de dezembro de 2017

(art.º 60.º do Regimento)

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal na Sala das Sessões nos Paços do Concelho.

Estiveram presentes:

• **Eleitos:** Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Luís Garcia Braga da Cruz; André Sérgio Navarro de Noronha; Tiago Barbosa Ribeiro; Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Alfredo César Vasconcelos Navio; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira, em substituição do Senhor Deputado João Pedro Furtado Cunha Semedo; Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança de Assunção de Araújo Lima; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Tiago Serrano Correia Lacerda (em substituição do Senhor Deputado Pedro Luís da Rocha Baptista); Rodrigo Vieira de Oliveira; Maria Luísa Machado Pereira Botelho Magalhães (em substituição do Senhor Deputado Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida); Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Fernando Pedro Mouta Monteiro (em substituição da Senhora Deputada Mariana Ferreira Ribeiro Macedo); Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Marco Regis Lacomblez Leitão (em substituição do Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho); Artur Manuel Ferreira Ribeiro, (em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães); Bárbara Lopes Veiga; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Artur Jorge Silva Braga, (em substituição do Senhor Deputado Rui Carlos Morais Lage); Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; Diogo Miguel de Sá Meireles; Bebiana Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz (em substituição do Senhor Deputado Serafim

Ferreira Nunes); Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;

• **Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia:**

Junta de Freguesia do Bonfim, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Nuno Raposo de Magalhães Ortigão de Oliveira; União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca; União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Verificando-se a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** declarou aberta a sessão.

Deu nota que se encontravam presentes na Sala de Sessões alunos do Conservatório de Música do Porto que, por deliberação unânime de todos os grupos municipais, iriam interpretar duas peças de música numa breve sessão evocativa do centenário da sua fundação.

Os intérpretes do Conservatório de Música do Porto executaram duas peças de música.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite agradeceu pela forma agradável e erudita como iniciaram a sessão e convidou Senhor Diretor do Conservatório de Música a dirigir algumas palavras ao Plenário.

O Senhor Diretor do Conservatório de Música, Professor António Moreira Jorge agradeceu, em nome do Conservatório de Música do Porto, terem sido acolhidos naquele gesto simbólico, com muito significado para ele.

Entregou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a Medalha Comemorativa do Centenário do Conservatório de Música do Porto.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

• **Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo, subscrito pelos Grupos Municipais Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido, Partido Socialista e Porto Autêntico.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, leu o voto de pesar pelo falecimento de Belmiro Mendes de Azevedo, submetendo-o de seguida à votação.

O voto de pesar foi aprovado, com 3 votos contra da CDU e 3 abstenções do BE.

Foi feito 1 minuto de silêncio.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto Único

– O Acesso à Habitação na Cidade do Porto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, informou que a sessão tinha sido requerida potestativamente pelo Grupo Municipal da CDU, para debater o problema do acesso à habitação na cidade do Porto.

Deu a palavra ao Senhor Deputado Artur Ribeiro para apresentar o tema.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) recordou que à data das eleições autárquicas de 2001 já a CDU considerava que a habitação era o principal problema do Porto e lançou um repto às outras forças políticas, com assento na Assembleia Municipal, no sentido de se procurar resolver o problema da habitação na cidade num prazo que, nessa ocasião, se estimou em 20 anos. Disse que desde aí muito pouco se fez em relação à habitação e que a situação atualmente não é menos grave.

Disse que a Câmara Municipal do Porto tem um parque municipal de grande dimensão, onde reside pouco mais de 15% da população do Porto mas que, apesar disso, há milhares de pessoas a viver em situação extremamente precária que tendo recorrido à Câmara para pedir a atribuição de uma habitação municipal viram o seu pedido recusado. Além destas pessoas, há ainda cerca de mil famílias que, cumprindo os critérios estabelecidos pela DomusSocial, integram uma lista de espera, podendo ter de aguardar a disponibilidade de casas por vários anos.

Deu conta que recentemente teve conhecimento que alguém estaria interessado em comprar os Bairros da Tapada e da Maria Vitorina, na zona das Fontainhas, para aí instalar alojamento local, com o conseqüente despejo de mais umas dezenas de pessoas, continuando a desertificar a cidade.

Considerou que o gigantesco afluxo de turistas à cidade do Porto nos últimos anos levou a que a reabilitação urbana transformasse prédios privados em espaços destinados aos turistas, com o inevitável afastamento da população economicamente carenciada que habitualmente lá reside.

Concordou com a medida anunciada pelo Senhor Presidente da Câmara de, sobretudo no Centro Histórico, utilizar o direito de preferência na compra de imóveis. No entanto, sublinhou que a Autarquia não pode comprar tudo, e que se os proprietários souberem que a Câmara vai comprar, a tendência será a de fazer subir os preços, o que contribuirá para a especulação imobiliária, sendo essa, na sua opinião, a razão de fundo que conduz à perda da população.

Disse que o mercado de habitação precisa de mais casas, construídas de raiz, ou aproveitando muitas das que estão devolutas, quer em condições de serem habitadas, quer precisando de reabilitação. Considerou que, com a intervenção do Estado, nomeadamente ao nível financeiro, com o envolvimento da Câmara e, porventura, do movimento cooperativo habitacional, é possível encontrar algumas soluções.

Referiu que na cidade do Porto existem cerca de 900 ilhas, continuando a ser a freguesia de Campanhã que tem o maior número de aglomerados populacionais desse tipo, cerca de 240 ilhas, seguindo-se as quatro freguesias do Centro Histórico, e Cedofeita, Santo Ildefonso e Bonfim.

Referiu que na generalidade as ilhas são privadas, havendo apenas 4 ou 5 municipais, de que é exemplo a ilha da Belavista que sofreu recentemente um processo de reabilitação bem conseguido.

Lembrou que, em março de 2017, o Grupo Parlamentar do PCP propôs, na Assembleia da República, uma recomendação ao Governo para que fosse criado um programa financeiro para reabilitar as ilhas do Porto, com o envolvimento da Câmara, dos senhorios e dos moradores.

Disse que é preciso continuar a investir na melhoria da qualidade da habitação e que o início do novo mandato é uma boa oportunidade para elaborar um plano estratégico para os próximos quatro anos que altere completamente o paradigma da reabilitação dos bairros.

Afirmou que a realização do direito à habitação consagrado na Constituição da República Portuguesa é da competência da Administração Central, mas que a Câmara Municipal do Porto tem obrigação de garantir condições dignas a quem vive nas casas que integram o seu património.

Referindo-se às 100 famílias que continuam a residir no Bairro do Aleixo, disse que estas se encontram muito pior do que há quatro anos atrás, uma vez que as casas estão cada vez mais degradadas.

Considerou que seria oportuno rever o regulamento de gestão do parque habitacional, não só para proceder a algumas alterações, mas, sobretudo, para incluir nele a matriz que avalia e atribui a classificação aos pedidos de habitação municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que, de facto, em 2001 já existia um problema grave de habitação na cidade do Porto e que nessa altura não havia turistas, pelo que não lhe parece que se deva imputar ao turismo o ónus da falta de habitação.

Sobre a habitação social, disse que a Câmara Municipal do Porto se orgulha de ter apostado, nos últimos 50/60 anos, numa política de habitação social coerente, ainda que evolutiva, no sentido de responder às carências existentes na cidade, através de grandes intervenções no edificado municipal e através da política de manutenção que tem vindo a ser seguida.

Deu conta que o Município pretende dar continuidade à política de grandes intervenções nos bairros existentes, investindo nomeadamente no conforto e na eficiência energética, utilizando para isso os recursos camarários e recorrendo, quando possível,

a candidaturas a fundos europeus, continuando também a fazer beneficiações e manutenções nos bairros já intervencionados e naqueles que aguardam ainda grandes beneficiações.

Disse que há ainda outras prioridades, nomeadamente o investimento no espaço público circundante, na maior envolvência das associações de moradores existentes e na sensibilização dos inquilinos municipais para as boas práticas que facilitem a manutenção e a qualidade e na conceção de novas residências mais adequadas aos cidadãos seniores.

Sublinhou que o aumento da procura de habitação social não resulta apenas de situações de declarada carência social, mas também da inexistência no mercado de habitação disponível a preços compatíveis com o rendimento das famílias que dificilmente podem pagar pela sua casa mais do que 25% do seu orçamento líquido.

Disse que não lhe parece adequado ou razoável que se altere a matriz de forma a induzir redução nas rendas, porque para todos aqueles que gostariam ou necessitariam de uma habitação social seria seguramente injusto e teria como consequência uma diminuição de recursos para manutenção e investimento.

Considerou que o esforço orçamental na habitação social atingiu o valor proporcional adequado em termos de investimento. Deu exemplos de investimentos feitos pelo Município na gestão do parque habitacional ao longo de vários anos.

Disse que só o Estado pode contribuir definitivamente para suprir as carências existentes.

Agradeceu à CDU por ter solicitado o agendamento daquele assunto.

Disse ainda que, segundo a sua perspectiva, toda e qualquer recomendação que seja feita ao Governo, deve ser no sentido de este cumprir o programa para reabilitação das ilhas aprovado pelo Parlamento.

Deu nota que a Câmara Municipal do Porto não pretende nem pode intervir diretamente no mercado privado, mas o mercado privado pode ser incentivado a preencher a falha existente, estando o Município neste momento a debater essa questão com o Governo.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) considerou que uma governação autárquica que não promove a oferta pública de habitação e entrega às imobiliárias

e aos proprietários privados o seu monopólio, constrange o direito das pessoas à habitação e favorece a perda da população, que é o que está a acontecer na cidade do Porto. Reconheceu que o Porto pode atrair turistas, mas infelizmente afasta os seus moradores. Deu razão ao Senhor Presidente da Câmara quando disse que o problema da habitação não é o turismo, o problema é a governação que a Câmara faz e como gere o impacto da atividade turística na cidade do Porto. Disse que é responsabilidade da Câmara gerir o turismo numa perspetiva de gestão do património e não enquanto mediação imobiliária. Referiu-se aos acontecimentos mais recentes em torno do Bairro da Tapada, nas Fontainhas, e do antigo colégio Almeida Garrett que comprovam que a Câmara Municipal vai manter a mesma atitude do mandato anterior.

Afirmou que é com propostas concretas que se contraria a política adotada, e que é por isso que o BE apresenta duas recomendações, propondo a reversão dos aumentos das rendas na habitação social e um conjunto de medidas a implementar por uma política municipal de habitação que traga de novo os moradores para a cidade. Enumerou as medidas elencadas nas propostas do seu Partido.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que, ao contrário do que sucede com as propostas da CDU, concordando com umas e com outras não, não consegue simpatizar com as propostas apresentadas pelo BE porque partem de um conjunto de premissas erradas.

Relativamente à habitação social detida pelo IHRU, propôs que o BE sugira ao Governo que transfira os bairros do IHRU para a Câmara Municipal e que transfira também a verba respetiva.

A Senhora Deputada Patrícia Ribeiro Faro (PS) disse que a estruturação das políticas públicas de habitação sempre mereceram ao PS uma especial atenção, pois assumem um papel de destaque na intervenção local como instrumento de combate à pobreza e à exclusão social, impondo-se, por isso, dar continuidade às políticas que permitam e garantam o acesso à habitação.

Valorizou a intervenção que o PS teve no Município do Porto e reconheceu a necessidade de lançar novos programas dentro de um outro paradigma, que se adaptem e se ajustem à realidade e às profundas mutações que têm ocorrido na cidade.

Deu nota de quatro eixos fundamentais que, no seu entender, é necessário manter e reforçar, nomeadamente: melhorar progressivamente a gestão do parque habitacional público da cidade; promover o regresso dos moradores que saíram do Centro Histórico; requalificar as ilhas do Porto e desenvolver o programa de apoio ao arrendamento, inserido no Fundo de Emergência Social.

Disse que o PS faz uma avaliação positiva do trabalho e investimento desenvolvidos nos últimos quatro anos, mas que se impõe que o atual Executivo clarifique a sua estratégia e assuma compromissos quantitativos. Entende, por isso, que é imperioso visitar o programa de promoção de habitação a renda acessível – o Habita Porto, que tem como objetivo proporcionar casas a rendas acessíveis às famílias das classes médias e aos jovens.

Considerou essencial o estabelecimento de parcerias com privados e com cooperativas de habitação: primeiro, para reunir o financiamento necessário sem onerar os cofres municipais e para alcançar as metas preconizadas; segundo, porque as parcerias são também essenciais para agilizar o desenvolvimento do programa.

Referiu-se à consulta pública que está em curso, sobre a nova geração de políticas de habitação.

Por último, reafirmou a reivindicação do PS relativamente à descentralização do IHRU. Disse que o seu Partido manifesta toda a disponibilidade para se juntar aos esforços que a Câmara Municipal entenda prosseguir para que os fogos do IHRU sejam transferidos para a sua propriedade, acompanhados, obviamente, da respetiva transferência financeira que permita custear a sua reabilitação.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira mostrou-se de acordo com as palavras proferidas pela Senhora Deputada Patrícia Faro.

Garantiu que as suas preocupações se mantêm e que não deixará de continuar a partilhar com o PS as preocupações que sempre tiveram.

Deu conta que o Município tem a informação exata dos terrenos municipais que estão disponíveis, mas se a Câmara decidir dar prioridade ao problema da classe média vai ter que deixar de investir em habitação social para aqueles que são mais necessitados.

Disse que concorda com tudo o que é inovador, concorda com a existência de necessidades ao nível da classe média, mas o facto é que o Município do Porto não consegue resolver a questão da habitação sem a intervenção do Estado.

O Senhor Deputado Alberto Araújo Lima (Porto Autêntico) disse que o problema da habitação na cidade do Porto é um problema muito complexo, e que, na sua opinião, a Câmara deve funcionar mais como elemento dinamizador e facilitador do que como agente do mercado, promovendo a adoção de medidas que tornem a cidade mais competitiva para que os portuenses que nela residem se mantenham e para que aqueles que saíram, principalmente os jovens, regressem.

Reconheceu que a Câmara Municipal do Porto, na área da habitação, tem poucos recursos, não podendo fazer muito mais do que aquilo que já fez. Referiu as intervenções realizadas nos bairros e nas ilhas municipais, nomeadamente no Bairro S. João de Deus, no Bairro novo da Pasteleira e no Bairro de Parceria e Antunes, entre outros.

Disse que, no seu entender, o Porto é uma cidade bastante equilibrada, que agora tem que zelar pelo seu património municipal, pela qualidade de vida dos seus cidadãos e tem que promover o trabalho social em torno das famílias que residem nos grandes aglomerados habitacionais.

Mostrou-se disponível para, juntamente com outros Partidos, definirem uma política de cidade, não apenas para a habitação social, mas também para o outro tipo de habitação.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira sobre a discricionariedade referida, lembrou que foi criada a figura do provedor do inquilino municipal que teve como objetivo diminuir essa discricionariedade, ou seja, resolver de forma conveniente as situações de exceção.

Explicou que, ao contrário do que tem sido dito, o Município do Porto não criou direitos sucessórios, a Câmara apenas permitiu que algumas pessoas que não estavam inscritas em determinados agregados familiares, mas que lá estavam integrados, ficassem inscritas nesses mesmos agregados. Disse que, no seu entender, a política de habitação não é apenas governar as casas, a política de habitação tem que ter também uma componente social e humana.

Concordou com a proposta da CDU sobre a necessidade de se fazer a revisão do regulamento da habitação, uma vez que a cidade está muito diferente e atualmente as necessidades habitacionais são outras.

Explicou, mais uma vez, a situação relativa às torres do Aleixo e ao Fundo criado para resolver o problema daquele bairro municipal.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) agradeceu à CDU ter tomado a iniciativa de convocar aquela sessão para discutirem tão importante tema, agradecendo também as propostas apresentadas.

Relativamente ao Bairro do Aleixo, concordou que de facto é necessário encetar todas as diligências para o resolver aquele problema.

Sobre a segunda proposta da CDU, considerou que não se devia referir apenas à habitação social, mas sobretudo a habitação condigna para todos, como aliás está previsto na Constituição da República Portuguesa.

Disse que, no seu entender, se devia apostar mais na recuperação dos edifícios pertencentes à Autarquia, incentivando os privados a fazerem o mesmo, premiando com impostos municipais aqueles que o fizerem, e fazendo acordos com eles para que apliquem rendas controladas.

Em relação à proposta do BE sobre a habitação social, disse que não lhe parece que seja competência dos deputados da Assembleia Municipal decidirem sobre a questão da legalidade, o que podem é recomendar que a legalidade seja cumprida. Disse que vai abster-se na votação daquela proposta.

Quanto à segunda proposta do BE considerou que se em vez de uma proposta tivessem sido apresentadas doze propostas, algumas delas certamente colheriam a concordância de todos os presentes.

Deu nota da posição do PAN relativamente a cada um dos pontos da proposta do BE, dizendo que mereceriam a sua anuência os pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 12. Quanto aos restantes, disse que teriam que ser melhor analisados e, possivelmente, sofrer algumas alterações.

O Senhor Deputado Miguel Gomes (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido) saudou a CDU pelo agendamento daquela sessão.

Concordou com a proposta da CDU no que diz respeito às exortações a fazer ao Governo para que este tome as medidas adequadas relativamente à habitação social e às ilhas da cidade do Porto.

Referiu que, de facto, existem muitas ilhas na cidade do Porto (cerca de novecentas) mas apenas três são municipais.

Relativamente à proposta para o Bairro do Aleixo, declarou que a sua bancada irá votar contra, pois considera que o que a CDU recomenda já está a ser feito pela Câmara Municipal, ou seja, está a ser feita a reabilitação das torres e estão a ser feitos investimentos, nomeadamente nos elevadores e na envolvência dos prédios.

Concordou com a recomendação da CDU para que se faça a revisão do regulamento de gestão do parque habitacional do Município do Porto. Em relação às matrizes disse que, uma vez que estas são um elemento de gestão corrente, não são objeto de apreciação na Assembleia Municipal.

Relativamente à moção do BE sobre as rendas, disse que as recomendações apresentadas devem ser dirigidas ao Governo, pois foi este que aprovou a lei do arrendamento, e não a Câmara Municipal do Porto.

Disse que da leitura que fez da recomendação do BE sobre a política de habitação não conseguiu retirar nenhuma ilação, pelo que a sua bancada irá votar contra aquela proposta.

A Senhora Deputada Bárbara Lopes Veiga (BE) disse que, de facto, a legislação sobre as rendas foi aprovada no Parlamento, mas que na lei existe uma ressalva que diz que “cada município tem a sua própria autonomia para poder regulamentar sempre que seja benéfico para os seus cidadãos e desde que isso não implique um aumento do valor das rendas”.

Referiu-se a algumas competências do Município, nomeadamente a realização do inventário do património municipal; o licenciamento das indústrias hoteleiras, e a questão concreta do Bairro da Tapada, que está incluído na área de reabilitação urbana do Bonfim.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) deu nota que a convocatória daquela sessão extraordinária, para discutirem o problema da habitação na cidade do Porto, procura ser também um sinal daquilo que a CDU entende que deve ser o papel da Assembleia Municipal: ser o grande fórum de debate dos problemas da cidade. Manifestou a disponibilidade da CDU para apoiar todas as iniciativas que venham a ser tomadas por outras forças políticas.

Considerou que tudo o que foi feito relativamente à habitação foi importante, mas, no seu entender, deviam aprender com os erros cometidos e tentar replicar os sucessos alcançados.

Relativamente às torres do Aleixo, disse que era importante que a Câmara percebesse a situação degradante em que se encontram aquelas famílias e que reconhecesse a necessidade urgente de as retirar daquelas habitações. Referiu que a Câmara terminou o ano com cerca de 60 milhões de euros de saldo de gerência que podiam ter sido utilizados para resolver aquele problema.

Quanto à questão da matriz, propôs que ela fosse retirada do Regulamento da Habitação para que seja discutida e votada na Assembleia Municipal independentemente do regulamento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, pediu ao Senhor Deputado Rui Sá para clarificar se com isso pretendia dizer que aceitava o desafio feito pelo grupo municipal Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido de alterar a proposta constante do n.º 1 da Ordem de Trabalhos.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) disse estar disponível para tentar fazer essa adequação, pedindo para interromper os trabalhos para fecharem uma redação conjunta para o efeito.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (Porto Autêntico) deu conta que o PSD não se revê com soluções de habitação que passem exclusivamente pela utilização de fundos públicos.

Disse que as políticas públicas são essenciais para a habitação social, são essenciais para a habitação, mas que há toda uma outra componente que é a habitação privada que a Câmara não pode deixar de incluir também na sua política, pois não é apenas de habitação social que a cidade precisa. A cidade precisa também da habitação privada. Referiu-se às propostas feitas pelo PSD durante a campanha eleitoral, nomeadamente o incentivo à renda jovem, ao reabilitar para arrendar, e à promoção da reabilitação de edifícios por toda a cidade, concedendo benefícios como os que são concedidos nas ARU.

Considerou que um dos grandes problemas da cidade é a falta de habitação e que esse é um dos principais fatores que contribui para a especulação e para a saída da população da cidade do Porto.

Os trabalhos foram suspensos por 5 minutos.

Foram retomados os trabalhos.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) informou que não foi possível chegar a um acordo com o Senhor Deputado Miguel Gomes para alterar a redação da proposta, tendo apenas chegado a acordo acerca da votação em separado dos dois pontos da proposta.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) relativamente às propostas da CDU disse que a sua bancada iria votar favoravelmente a primeira e a segunda propostas; em relação à terceira, disse que se iria abster no ponto 1, por considerar que a CDU teve sempre a hipótese de, em sede de reunião do Executivo, apresentar uma matriz alternativa, nada tendo feito até ao momento, nesse sentido. Iria votar favoravelmente o ponto 2.

Quanto às recomendações do BE, disse que iria votar contra ambas as propostas.

O Senhor Deputado André Noronha (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido) considerou que o balanço de concessão de habitações é hoje positivo, havendo mais atribuições do que pedidos.

Deu nota que o Município do Porto tem já um plano específico de colocação de famílias na Zona Histórica e de aquisição de prédios por exercício do direito de preferência, tendo também em marcha um plano de reabilitação de ilhas.

Lembrou que foi o IHRU que inviabilizou a recuperação dos bairros sociais, sob a tutela da Administração Central, e não a Câmara Municipal do Porto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, colocou à votação as propostas apresentadas.

– Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda sobre o tema Habitação Social.

Rejeitada, com 39 votos contra (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido, Porto Autêntico e PS), 6 votos a favor (CDU e BE) e 1 abstenção (PAN).

– Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda sobre o tema Política de Habitação.

Rejeitada, com 41 votos contra (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido, Porto Autêntico, PS, CDU), 3 votos a favor (BE) e 2 abstenções (PS, PAN).

– Deliberação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU sobre o tema Bairro do Aleixo.

Saiu da sala o Senhor Deputado Francisco Carrapatoso.

Rejeitada, com 25 votos contra (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido e PS), 15 votos a favor (PS, CDU e BE) e 5 abstenções (PS, Porto Autêntico e PAN).

Entrou na sala o Senhor Deputado Francisco Carrapatoso.

– Deliberação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU sobre o tema Programa de Realojamento.

Aprovada, com 29 votos a favor (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido, PS, CDU e BE), 14 votos contra (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido, Porto Autêntico, PS e Porto Autêntico) e 3 abstenções (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido e PAN).

– Resolução apresentada pelo Grupo Municipal da CDU sobre o tema Regulamento e Matriz Parque Habitacional.

Ponto 1

Rejeitado, com 21 votos contra (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido e PS), 8 votos a favor (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido, CDU e BE) e 17 abstenções (PS, Porto Autêntico e PAN).

Ponto 2

Aprovado, com 35 votos a favor (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido, Porto Autêntico, PS, CDU, BE e PAN), 8 votos contra (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido e PS) e 3 abstenções (Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido e Porto Autêntico).

Foi distribuído, pelos Senhores(as) Deputados(as) Municipais, o discurso feito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, na abertura da sessão pública da apresentação da nova geração de políticas de habitação do Governo, que decorreu, hoje, na Biblioteca Almeida Garrett, no Porto.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNÍCIPES

Não houve intervenção de munícipes.

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** submeteu à votação a **Minuta da Ata**, que foi **aprovada, por unanimidade** e declarou encerrada a sessão, eram 00h10.

O Presidente da Mesa

Miguel Pereira Leite

A Secretária da Mesa

Paula Ribeiro de Faria